

Feitiçaria no Arcebispado de Braga: denúncias a Ana do Frade à Visitação Inquisitorial de 1565

*Juliana Torres Rodrigues Pereira*¹

Resumo: A Visitação Inquisitorial ao Arcebispado de Braga realizada em 1565 recebeu um grande número de denúncias relativas ao delito de feitiçaria e culto ao demônio. Analisamos aqui os rituais descritos no *Livro da Visitação* através do caso de Ana do Frade, bem como o processo que resultou de suas culpas, pelo Tribunal de Coimbra, dois anos após a Visitação.

Palavras-chave: Feitiçaria. Inquisição. Arcebispado de Braga.

Abstract: The Inquisitorial Visit to the Archbishopric of Braga (1565) received a great number of reports of witchcraft and cult of the devil. We analyze in this essay the rituals described through the case of Ana do Frade and the trial that resulted from her guilts, by the court of Coimbra, two years after the Visit.

Keywords: Witchcraft. Inquisition. Archbishopric of Braga.

¹ Mestranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Após o Sínodo Diocesano realizado em 1564, diante da forte oposição do Cabido da Sé de Braga à aplicação dos decretos tridentinos e à reforma proposta pelo Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, este escreveu à Rainha D. Catarina e pediu ao Cardeal D. Henrique que enviasse um Inquisidor a Braga para averiguar crimes contra o Concílio. Assim, o Visitador partiu de Lisboa em direção a Braga tendo como objetivo principal inquirir os membros do Cabido.²

A Visitação ao Arcebispado de Braga durou aproximadamente três meses e meio e concentrou-se em três pontos: as cidades de Braga, Viana do Foz de Lima e Vila do Conde. Cabe lembrar que a Visitação era uma espécie de extensão do braço inquisitorial; os Inquisidores partiam dos Tribunais em direção aos distritos sob os quais tinham jurisdição para expurgar a heresia. A Visitação Inquisitorial se iniciava com a publicação do édito da fé, através do qual eram apresentados os delitos sob jurisdição do Santo Ofício. Geralmente, determinava-se um período, denominado Tempo de Graça, no qual aqueles que fossem confessar seus crimes contra a Fé ou denunciar suspeitos estariam livres das penas de morte, prisão perpétua e confisco de bens. Não necessariamente, no entanto, os voluntários estariam isentos de penas menores.³

² MARCOCCI, Giuseppe. Il governo dell' arcidiocesi di Braga al tempo di Bartolomeu dos Mártires (1559-1582). Riflessioni e documenti sull' episcopato portoghese nell' età del Concilio di Trento. *Archivio Italiano per La Storia della Pietá*. vol. 15, p. 81-150, 2003.

³ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições*: Portugal, Espanha e Itália - séculos

A Visitação teve início pela cidade de Braga, a 14 de janeiro de 1565, aí permanecendo até aproximadamente o dia 13 de março. Em seguida, seguiu para Viana do Foz de Lima, sendo o édito de fé publicado a 25 de março. Nesta localidade, a estada dos Visitadores foi mais curta, até o dia 18 de abril. Já a 23 do mesmo mês, teve início a visitação a Vila do Conde, em atividade até o dia 10. de maio. O diferente tempo de permanência do Visitador em cada uma das localidades pode ser relacionado à importância sócio-econômica de cada local. Viana e Vila do Conde eram cidades portuárias de grande tráfego; no entanto, Braga tinha ainda um maior peso populacional e grande importância religiosa.⁴ A Visitação foi conduzida por Pedro Alvarez Paredes, licenciado em Cânones, investido como Inquisidor em Évora a 5 de setembro de 1541 e em Lisboa a 19 de agosto de 1552.⁵

De acordo com o objetivo inicial da Visitação, muitas foram as denúncias de crimes contra o Concílio. Um dado surpreendente é o número de denúncias aos judaizantes. O foco principal e original da Inquisição portuguesa sempre foi a população cristã-nova, suspeita de judaizar, enquanto os demais delitos eram

XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 157.

⁴ BRAGA, Isabel. A Visita da Inquisição a Braga, Viana do Castelo e Vila do Conde em 1565. *Revista de La Inquisición*. Madri: Editorial Complutense, n.º. 3, p. 29-67, 1994.

⁵ MEA, Elvira. *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997. p. 107-108.

pouco perseguidos. Em um total de 156 denúncias feitas à Visitação ao Arcebispado de Braga, apenas 26 foram relativas aos judaizantes, totalizando 16,66%, número que pode ser considerado muito pequeno se comparado aos de visitasões a outros arcebispos portugueses nesse mesmo período.⁶ Em contrapartida, o número de denúncias relativas a práticas mágicas e feitiçaria pode ser considerado elevado – 21 denúncias, representando 13,46% do total.

Ana Álvares, cristã-velha, viúva, foi denunciada várias vezes à Visitação de 1565 pelo crime de feitiçaria. O curioso é que não há nenhum indício de ligação entre as várias pessoas que a denunciaram. Ana do Frade, como era conhecida, foi inclusive denunciada nas três cidades visitadas.

Manuel da Costa, cônego da Sé de Braga, 50 anos, declarou que encontrou Ana do Frade a caminho do mosteiro de Beturinho das Donas e ela teria espontaneamente dito a ele coisas que viriam a acontecer algum tempo depois:

Vindo elle, declarante, de Lixboa, passando de camynho pera o mosteyro de Beturynho das Donas, encontrou com a dicta Ana do Frade e, reprehendoea do seu mao viuer, a dicta Ana do Frade disse a elle, declarante; Que, em chegando a Braga, havya de ser preso. E o marydo da dona a que elle, declarante, hia a falar ao dicto mosteyro avya de hir camynho

da Índia e nunca mays avya de vir a este Regno. Como defeyto elle, declarante, foy preso em chegando a esta cydade e o marydo da dona a que elle, denunciante, foy falar, que era pyloto da carreya da Índia, foy camynho da Índia e lá morreo e nam tornou mays a Portugal. De maneira que tudo que lhe disse a dicta Ana do Frade, que he o acima dicto pasou sy e como lho ella disse, pello que elle, declarante, há tem por grande feyticeyra e que falava com o demônio.⁷

Infelizmente o relato não ofereceu maiores detalhes a respeito das práticas divinatórias. No entanto, é interessante observar que o acerto de Ana do Frade foi automaticamente atribuído à comunicação com o diabo – o que pode estar relacionado ao fato de que o denunciante era um cônego, talvez familiarizado com o estereótipo do pacto demoníaco. Manuel da Costa informou também que Ana do Frade “foy presa por feyticeyra e esteue a porta da See desta cydade, e foy castigada em tempo deste Arcebispo dom Bertolameu”⁸.

Inês da Fonseca, casada, mais de 50 anos, suspeitava que sua filha, Guiomar de Figueiredo, casada com Diogo Lopez, o Surdo, havia sido enfeitiçada. Assim, Inês a levou à casa de Elena Gonçalves, cristã-velha, viúva, que tinha fama de feitiçeira – de acordo com a denunciante, Elena já havia inclusive sido presa por

⁶ Normalmente as denúncias aos conversos compreendiam em torno de 80% do total de registros de outras visitasões. Para informações a respeito de outras visitasões inquisitoriais, cf: MEA, 1997, p. 207-305.

⁷ *Liuro da visitação que se [a Inquisição] fez na Cydade de Braga e seu Arcebisado [1565]*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português-Movimento Bartolomeano, 1974, p. 22. A partir desta nota, esta publicação será referida como *Liuro da Visitação*.

⁸ *Ibid.*

feiticeira, mas infelizmente não há maiores informações sobre isso na denúncia. O procedimento realizado pela feiticeira teria sido o seguinte:

a dicta Elena Gonçalvez lhe pediu hum vintém, E ella lho deu. E, então, abryo hum lyuro e ho meteu dentro. E, então, começou a ler pello liuro. E, depois de ler pello dicto liuro, lhe disse: Que sua filha fora emfeytiçada e que huns dos feytiços lhe derão a comer e outros lhe puserão no soar, que he ha entrada da porta, e, como pasou logo lhos tiraram. E que em huma camysa della lhos derão também, nomeandolhe as molheres que lhos fizeram, e que eram duas cunhadas suas e huma criada da dicta sua filha, que se chama Inês Gonçalluez, que he em Lixboa, nomeandolha a dicta feyticeyra por seu nome e como se chamaua. E asi lhe nomeou os nomes da cunhada da dicta sua filha, dizendolhe que huma se chamaua Clara de Azeuedo e Maria Lopes, as quaes estão casadas com dous irmãos do dicto seu marido. E que tudo isto lhe disse a dicta feyticeyra de sy mesmo, sem ella Inês da Fonsequa, lhe dizer cousa nhuma destas, por ella declararante, o nam saber.⁹

A tentativa de desvendar o oculto pela leitura de um livro pode ser considerado um indício de como as práticas letradas também encontravam uma representação na religiosidade popular. O livro estava presente no ritual como continente da verdade, da informação que se desejava obter.

Era muito comum misturar feitiços – tanto para causar o amor quanto

⁹ Ibid., p. 23.

o ódio e a doença – a bebidas e comidas para que o indivíduo alvo as ingerisse, o que garantiria a consumação do mesmo. Já a prática de colocar feitiços no soar da porta tinha um simbolismo mais específico: ela representava lugar de passagem, de mudança de estado; no caso, do estado ‘são’ para o ‘enfermo’, enfeitizando a pessoa no momento em que esta passasse pela porta.

O uso de peças de roupas, tanto em malefícios quanto em feitiços de benquerença e cura era extremamente comum, como se pode perceber através das denúncias analisadas. Esse tipo de prática respeitava a lei do contato¹⁰, uma vez que se considerava que qualquer coisa que fosse feita à roupa tinha efeito sobre o indivíduo que a havia usado.

Após ter obtido as informações de Elena Gonçalves, Inês procurou outra feiticeira, Isabel Gonçalves, para tentar curar sua filha. Isabel pediu a Inês uma peça de roupa de Guiomar para fabricar remédios. Mais uma vez a utilização de

¹⁰ James Frazer, no clássico *O ramo de ouro*, afirmou que a magia teria base em princípios lógicos, leis que fundamentam suas crenças e rituais. O primeiro, a lei da similaridade, tem base na idéia de que o semelhante produz o semelhante e admite que o mago produz qualquer efeito através de sua imitação. O segundo, a lei do contato ou contágio, pressupõe que as coisas que estiveram em contato continuam a agir umas sobre as outras e, por conseqüência, que os atos praticados sobre um objeto terão influência sobre a pessoa com a qual este esteve em contato. As idéias de Frazer foram fundamentais para os estudos sobre o tema da magia e da feitiçaria e boa parte dos que se dedicaram a pesquisar a respeito – fossem eles da área de Antropologia ou de História – se basearam na teoria de Frazer. Cf: FRAZER, James. *O ramo de ouro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982. p. 34.

peças de roupas apareceu nas denúncias; no entanto, com o sentido de produzir não a doença, mas a cura. A declarante não informou se levou ou não as roupas da filha para Isabel, mas o fato de ter procurado ainda outra feiticeira pode indicar que não. Inês acrescentou ainda que Isabel Gonçalves estava, em 1565, presa por feitiçaria.

A terceira feiticeira procurada foi justamente Ana do Frade, que pediu que Inês levasse uma galinha preta viva para poder curar sua filha:

a dicta Ana do Frade, asy viuia a galinha, presente ella, lhe quebrou as asas e arrancou o pescoço. E então, estando a galynha ainda bolyndo, com huma agulha infiada em huma lynha, metia pella galynha e tiraua, como que cozia pella galynha. E acabado de fazer isto, lhe disse como sua filha era imfeytiçada, dizendo quem lha emfeytiçara e quem ha feryra, conformando em tudo com ha prymeyra feyticeyra, dizendolhe: Que lhe leuasse huma peça do corpo da dicta sua filha e que ella lha desenfeytiçarya.¹¹

Os galos negros eram muito comuns em malefícios. Segundo Francisco Bethencourt, os frangos negros eram identificados com o satanismo devido à sua lubricidade.¹² Daniela Calainho, em estudo sobre a religiosidade africana em Portugal, observou que os frangos negros, bem como seus corações, eram

muito utilizados pela população africana em suas práticas religiosas e que esse costume era difundido por quase toda a África negra.¹³ Assim, é possível pensar que, através da presença de africanos na metrópole lusa¹⁴, as religiosidades negra e europeia se influenciaram mutuamente:

Todas essas tradições foram transmigradas com os negros no processo de escravização que sofreram a partir de meados do século XV, associando-se a elementos do cristianismo e, evidentemente, assumindo especificidades em função da região de onde vieram e de onde foram se assentar. Os negros em Portugal frequentaram à farta as encruzilhadas.¹⁵

No entanto, a galinha foi utilizada no ritual descrito acima com uma finalidade diferente da usual: o conhecimento das coisas ocultas.

A declarante disse que não voltou à Ana do Frade por ter ficado assustada com o que vira, e acrescentou que a feiticeira havia lhe pedido um ferrolho e uma fechadura para desfazer os feitiços colocados na entrada da porta. A relação não poderia ser mais clara; de acordo com a lei do contraste, para desfazer os feitiços colocados na porta, Ana do Frade iria utilizar os elementos que têm justamente o

¹¹ Ibid., p. 24.

¹² BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feitiçarias, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 154.

¹³ CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e Inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 82.

¹⁴ Segundo Calainho, a população aproximada de escravos na região de Entre-Douro-e-Minho era de 2.730 e se concentrava no litoral. Cf: CALAINHO, 2008, p. 54. Anexo 1, tabela 2.

¹⁵ Ibid., p. 87.

poder de abri-la ou fechá-la, invertendo o sentido do malefício para a cura.

A denúncia de Inês da Fonseca possibilita diversos questionamentos. Em primeiro lugar, o motivo pelo qual ela teria procurado tantas feitiçeras para resolver o problema de sua filha. É possível que o trabalho de cura das feitiçeras não tivesse funcionado ou que, simplesmente, Inês não acreditasse nelas. A segunda questão diz respeito ao mercado de feitiçeras disponíveis para consulta. A denunciante procurou quatro mulheres que, ao que tudo indica, eram conhecidas pela comunidade como feitiçeras, e algumas delas já haviam sido presas por esse tipo de delito. É necessário acrescentar que, mesmo assim, essas mulheres não deixaram de ser procuradas – talvez porque as conseqüências não recaíssem sobre aqueles que as procuravam, mas somente sobre as supostas feitiçeras. Por fim, a terceira questão diz respeito ao fato de todas terem dito a mesma coisa à denunciante, o que poderia indicar que havia contato entre as denunciadas ou até mesmo uma espécie de rede de feitiçeras no Arcebispo.

Não satisfeita, Inês procurou ainda outra feitiçera, Leonor Gonçalves, que repetiu o que as outras três já haviam dito após ter feito algumas medidas em uma trança, repetindo o nome da enfeitada. Infelizmente não é claro na denúncia de que material era feita a trança utilizada pela feitiçera. No entanto, o principal elemento da prática divinatória era a repetição do nome da suposta enfeitada para que se pudesse saber como

curá-la. Como afirmou Marcel Mauss, “o encantamento oral completa, especifica o rito manual, que ele pode suplantar.”¹⁶ A realização dos rituais respeitava uma lógica simbólica da qual fazia parte também a força atribuída à palavra. Segundo José Pedro Paiva:

É sabido como no quadro da mentalidade mágica nomear uma coisa é já dominá-la e mais, dizer é já fazer. A palavra e o que ela representava eram o mesmo. Além disso, no quadro das culturas de tradição cristã como a que se analisa, a idéia de que Deus havia criado todas as coisas dando apenas uma ordem vocal, não só devia tender a aumentar o fascínio que certas palavras teriam, como até podia ser utilizado como justificação para o seu emprego.¹⁷

O caso de Inês da Fonseca foi um bom exemplo de como a recorrência à magia se dava muitas vezes por representar uma possibilidade de resolução imediata das questões cotidianas, uma espécie de tentativa de coerção das forças sobrenaturais quando a prece a Deus não apresentava resultados. Consta que a declarante “promete a Nosso Sôr de nunca mais buscar feitiçeyras, se nam socorrerse a Nosso Sôr em suas necessydades.”¹⁸ Infelizmente a denunciante não declarou se seguiu ou não alguma das orientações recebidas para curar sua filha.

¹⁶ MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2003. p. 93.

¹⁷ PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002. p. 135.

¹⁸ *Liuro da Visitação*, 1974, p.24

Já em Viana do Foz de Lima, Ana Roiz, cristã-velha, casada, 30 anos, por não conseguir engravidar, procurou Ana do Frade. Ela disse que Ana estava ligada - tornada frígida ou estéril por efeito de malefício - e que um clérigo havia realizado o feitiço, juntamente com sua mãe e mais outra mulher que ela não havia conseguido identificar. No caso, o clérigo seria João Pires, que alguns anos antes, quando ainda não era padre, havia tentado se casar com Ana Roiz, mas a família da moça foi contra a proposta. Ana do Frade voltou à casa da denunciante alguns dias depois com os objetos supostamente utilizados pelo clérigo para ligar Ana Roiz:

tornando terceyra vez a sua casa, della, trouxera a dicta Ana do Frade hum coração como de galyinha, myrrado, e lhe disse: Que ho cortasse. E ella, declarante, ho cortou com huma faqua, fazendo pedacinhos delle. E a dicta Ana do Frade, depois de cortado, lhe disse: “Que ho enterrasse” Como defeyto, ella declarante ho emterrou em hum buraco, no chão. E lhe deu huma semente, dizendolhe: Que ha bebesse e que logo averya crianças.¹⁹

O uso de corações animais era muito comum nos malefícios, principalmente os de frangos, cuja imagem era associada ao demônio. O ato de cortar o coração simbolizava o fim dos efeitos do malefício e a cura. É preciso acrescentar ainda que, segundo José Pedro Paiva “a faca, como muitos outros objetos cor-

tantes, têm o princípio de actuar sobre matéria passiva e de afastar influencias malélicas”.²⁰ A prática de enterrar os feitiços concluía o procedimento de findar seus efeitos mágicos definitivamente. Além disso, deve-se considerar a crença no poder da terra como geradora de frutos, símbolo de vida e de renascimento. Por fim, a ingestão da semente como propiciadora de fertilidade é um claríssimo exemplo da lei da similaridade. Através da ingestão da semente, que na terra fertilizada gera vida, acreditava-se ser possível produzir efeito semelhante na mulher e torná-la também fértil.

Segundo Ana do Frade, era ainda necessário clamar pela intervenção dos santos católicos – procedimento bem diferente dos outros realizados por ela, como será apresentado à frente – e rogar para que eles desfizessem os feitiços. Como afirmou Laura de Mello e Souza, os portugueses tinham para com os santos uma relação de afetividade e materialidade e consideravam que era possível obter seus favores através do que a historiadora chamou de economia do tomalá-dá-cá, que consistia em oferecer ao santo algo em troca da realização de um pedido.²¹

Ainda em Viana do Foz de Lima, Maria Gonçalves, a Colaça, cristã-velha, viúva, 60 anos, declarou que Ana do Frade havia sido chamada a sua casa para

²⁰ PAIVA, 2002, p. 134.

²¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 109.

¹⁹ Ibid., p. 74.

curar o marido de sua filha que estava doente e, como acreditavam, enfeitiçado. O corpo humano era concebido como um microcosmo vulnerável às influências dos mundos terreno e espiritual, e, por isso, sujeito às forças ocultas. Assim, a doença era compreendida como consequência de uma agressão mágica, da influência de espíritos, ou como castigo divino.²² No entanto, antes que a feiticeira viesse a sua casa, Maria Anes, filha da Colaça, mandou à casa de Ana do Frade um homem para tentar desfazer os feitiços, que voltou com o seguinte recado:

Que dizia ha dicta Ana do Frade: Que o dicto seu marydo era enfeitiçado. E que fossem debayxo de huma escada de sua casa e aly os acharya. E a dicta sua filha lhe disse: Que buscara no dicto lugar da escada e que achara, em hum colorete de huma sua saya, os dictos feytiços.²³

Alguns dias depois Ana do Frade foi à casa da Colaça e contou que fora “com todos os diabos, ha meya noyte” buscar os feitiços feitos a seu genro:

Que era um coração de hum gallo negro amarrado com lynhas. E que ella, Ana do Frade, desfizera os feytiços E, defeyto, dahy por diante, o dicto seu genro dizia: Que se nam achaua tam afadigado do coração como dantes, por que, hate emtão, se queyxaua muito do coração. [...] Que mandaram hum picado branco a dicta sua filha, em que vinha mysturado huma massaroqua de huma molher morta. Que lhe mandaram o picado a ella pera querer mal a seu marydo. E ella, nam sa-

bendo que eram feytiços, o deu a comer ao dicto seu marydo.²⁴

A Colaça declarou que tudo havia se passado da exata maneira como Ana do Frade disse. Mais uma vez apareceu nas denúncias o coração de galo negro, mostrado por Ana do Frade aos supostos enfeitiçados como elemento que teria sido utilizado para realizar o malefício. No caso, o coração estava amarrado com linhas, em clara similaridade aos efeitos que teriam sido causados pelo feitiço. Objetos que tivessem tido contato com defuntos ou até mesmo partes de seus corpos eram também muito utilizados em malefícios, como ocorreu neste caso. De acordo com Francisco Bethencourt, era muito forte a crença de que as almas dos finados permaneciam muito ligadas ao mundo terreno e estavam, por isso, sujeitas à manipulação através da magia.²⁵

Segundo Jacques Le Goff, a crença na possibilidade (a até mesmo necessidade) de ser solidário para com os mortos através de orações e sufrágios, que se enraizou entre os séculos IV e XI, foi fundamental para o aparecimento da idéia de purgatório. A consolidação de um terceiro lugar conectado ao mundo dos vivos possibilitou a difusão de crenças a respeito da influencia dos espíritos dos mortos no mundo terreno.²⁶

²⁴ Ibid.

²⁵ BETHENCOURT, 2004, p. 148.

²⁶ LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993. p. 164-165.

²² BETHENCOURT, 2004, p. 73-74.

²³ *Liuro da Visitação*, 1974, p. 75

Isabel de Barros, casada, 50 anos, procurou Ana do Frade para curar seu marido, que estava “infeytizado e fora de seu juízo”²⁷. Para retirar os feitiços, Ana do Frade pediu a Isabel um crastão²⁸. A declarante sugeriu que fosse utilizado um cristão que ela tinha “de dizimo de huma renda de huma Igreja”, ao que a feiteiceira negou, pois “nam avya de ser de cousa dizimada ha Deus se nam comprada por dinheyro.”²⁹ Isabel alegou ter ficado assustada e com a impressão de que o crastão era para ser oferecido ao diabo, mas deu o dinheiro para que a feiteiceira o comprasse. Alguns dias depois Ana do Frade voltou com objetos que seriam os utilizados no feitiço contra seu marido, afirmando:

Que os feytiços lhe fizera huma sua mulata catiua, que andaua com o dicto seu marydo. A qual mulata estaua, neste tempo, vendida em a cydade de Lixboa, ao amo do Marques de Villa Real, que se chama Pero Annes. E ella, declarante, a mandou vender polla achar com o dicto seu marydo. E que era verdade que a dicta mulata tynha os feytiços em huma arqua de castanho. E que ella, Ana do Frade encantara a fechadura da dicta arqua, onde os feytiços estauam, pera que a nam podesem fechar e lhos tirara. Os quaens mostrou logo a ella, declarante, que eram: Duas mãos de toupeyra, a seu ver atados os dedos polegares, e hum

coração de galo, e hum panyinho cru cuzeyto com muitos pontos com lyços de tycydeyra.³⁰

A denúncia de Isabel indicou, mais uma vez, a presença de escravos na região e sua possível influência no mundo das práticas mágicas em Portugal. A referência ao uso de toupeiras em malefícios é rara; entretanto, deve-se atentar para o fato de que o animal apresentado tinha os dedos polegares atados. Esse detalhe pode ser compreendido de acordo com o princípio da similaridade, como uma tentativa de causar mal ao marido de Isabel ao atar os dedos da toupeira, que os utiliza para cavar os túneis subterrâneos nos quais vive e procura seu alimento – e que são, portanto, fundamentais para sua sobrevivência. Da mesma forma, os polegares amarrados do animal e o pano costurado parecem ter sido empregados de acordo com um mesmo princípio: simbolizar o enlace da força e da vida da pessoa atingida pelo feitiço.

Ana do Frade disse ter desfeito o malefício e aconselhou Isabel a jogar o suposto feitiço em uma lagoa que nunca secasse. Deve-se considerar aqui o poder de purificação que se atribuía à água. A declarante afirmou que após perceber que seu marido havia melhorado rapidamente resolveu confirmar a história que Ana do Frade lhe contara e escreveu à ama do Marquês de Vila Real. A resposta recebida por Isabel confirmava que a mulata possuía então uma arca que

²⁷ *Liuro da Visitação*, 1974, p. 91.

²⁸ De acordo com Félix Alves Pereira e Fernando Braga Barreiros, crastão significa carneiro. Cf. BARREIROS, Fernando. Vocabulário barrosão. *Revista Lusitana*. Lisboa: Livraria Clássica, vol. XX, p. 137-174, 1917.; PEREIRA, Félix. Glossário dialectológico dos Arcos de Valdevez. *Revista Lusitana*. Lisboa: Livraria Clássica, vol. XX, p. 239-256, 1917.

²⁹ *Liuro da Visitação*, 1974, p. 91.

³⁰ *Ibid.*

desaparecera pouco tempo antes, o que suscitou muitas reclamações por parte da escrava.

Outra denúncia contra Ana do Frade foi feita por Maria Pires, casada, 55 anos, que a teria procurado para saber notícias de seu marido, que havia partido para o Maranhão havia 9 anos. Ana do Frade pediu a Maria meio vintém e o colocou em uma bacia cheia de água. Ao entregar o meio vintém, Maria quis testar seus poderes e contou a ela uma mentira: “Que o dicto seu marydo fora em huma nau com hum seu irmão, della, e que nam sabya se era vivo, se morto!”³¹ A declarante confessou a Pedro Alvares de Paredes que seu irmão não havia partido junto com seu marido e ela sabia que ele estava vivo, apenas não sabia onde estava. Na manhã seguinte, a feiteira deu a resposta a Maria:

Que ella lhe mentira e que seu marydo era viuo e que a nao era desfeyta e que tinha manceba e filhos. E ella, declarante, lhe disse: Que seria alguma negra! E a dicta feyticeyra lhe tornou: Que era mays fermosa que ella – o que lhe disse, tirando de hum cabaço hum papel o oulhando ao sol, por que então. Dizen-dolhe mays: Que vinha ella já tarde pera ho ella fazer vir, por que estava jaa muito inarnyçado na terra, que serya mao de vir. E, pore, que se ella, delclarante, desse dinheyro pera hum cabrão grande, que marydasse bem as cabras, que ella ho farya vir. E, pore, que ella avya de furtao o bode. E que depois ho avya de pagar a seu dono do dinheyro que ella, denunciante, desse. Por que aquelle cabram o querya ella pera o dar a trezen-

tos e sesenta e seys diabos. Pedindolhe mays farellos pera elles, por que ella avya de mandar aquelles diabos onde ho dicto seu marydo estaua, a buscar os feytiços, que huma molher lhe lá tinha feytos, pera que lhos trouxese.³²

Dois meses depois, Ana do Frade procurou Maria com aquilo que seriam os feitiços, trazidos do Peru, onde estaria seu marido, pelos diabos que comeram o cabrão oferecido. Os feitiços consistiam em:

hum bizalho, cuzeyto e metido em huma barça de copo de vidro. No qual bizalho vinham unhas, cabellos de barbas e hum pedaço de jaqueta e de camysa e hum pequeno de ceroula e hum coração pequeno muito myrrado e de muito tempo e cozzeyto com fio com que cozem as vellas os mareantes.³³

Ana pediu que Maria cortasse os feitiços em pedaços bem pequenos e disse que depois os deixaria em um atoleiro, acrescentando ainda que seu marido estava rico e em breve voltaria para buscá-la. Mais uma vez pode-se observar aqui como a denunciante parecia querer afirmar a eficácia do ritual realizado por Ana do Frade e contou a Pedro Alvares de Paredes que, depois de algum tempo, seu marido regressou.

O método utilizado por Ana do Frade para saber o paradeiro do marido de Maria foi a hidromancia, a adivinhação pela água. Já foi dito acima que a água

³¹ Ibid., p. 92.

³² Ibid.

³³ Ibid., p. 93.

era considerada elemento purificador, mas também era utilizada em rituais de adivinhação, pois, devido a sua transparência, acreditava-se que permitia ver o que estava oculto. Nota-se que para que algo fosse revelado à feiticeira, foi necessário antes colocar na bacia d'água meio vintém, como uma forma de compensação para se obter a resposta desejada.

O outro método de adivinhação utilizado pela feiticeira consistiu em olhar para um papel em direção ao sol nascente, o que pode ser compreendido pelo poder que se creditava a esse momento em que a luz solar vencida as trevas da noite. Além da simbologia relativa à luz do dia, deve-se considerar a idéia de que os astros e suas disposições tinham grande influência na vida humana, além de serem comumente identificados como a morada de espíritos.³⁴

Ao oferecer a possibilidade de trazer o homem de volta, Ana do Frade fez aparecer a figura do bode, outro animal muito utilizado para feitiços maléficos devido à sua identificação com o demônio. O animal era associado à luxúria e à depravação sexual, características demoníacas por excelência. Esta relação fica ainda mais clara quando se considera que Ana deixou explícito que Maria deveria furto um bode “que marydasse bem as cabras” para ser oferecido a trezentos e sessenta e seis diabos. O número de diabos para os quais o animal seria oferecido também não era aleatório. O número 3, o mais utilizado em rituais de feiti-

çaria, simbolizava a perfeição, a unidade divina; já o número 6 simbolizava a ambivalência decorrente do caráter imperfeito das criaturas no sexto dia da criação – ambivalência que poderia pender tanto para o bem quanto para o mal.³⁵ Daniela Calainho ressaltou, em seu trabalho acima citado, que a oferenda de animais aos espíritos constituía também uma prática muito comum em regiões do continente africano.³⁶ Assim, somando-se a oferenda do bode à constante presença de corações animais nos rituais realizados por Ana do Frade, pode-se considerar a influência da religiosidade africana em suas práticas.

O ato de furto o bode pode ser considerado como parte formal do ritual, uma vez que a declarante deveria pagar o prejuízo posteriormente. Através da oferta do bode, a feiticeira tentava fazer com que os diabos,³⁷ ainda muito suscetíveis às coisas terrenas e por isso manipuláveis, trouxessem os feitiços feitos ao marido da declarante. Os feitiços que Ana do Frade apresentou a Maria consistiam em unhas e cabelos, considerados elementos de grande poder mágico, pois acreditava-se que continuavam a crescer depois da morte, pedaços de roupas, que muito provavelmente Maria acreditou

³⁵ Ibid., p. 136.

³⁶ CALAINHO, 2008, p. 86.

³⁷ Segundo José Pedro Paiva, as almas dos mortos foram progressivamente assimiladas, “num processo que não é cronologicamente datável” a diabos ou demônios. Tal identificação teria sido primeiramente elaborada pela cultura erudita e pelos agentes do movimento de repressão às práticas de religiosidade popular e posteriormente difundidas pela população. Cf. PAIVA, 2002, p. 140-141.

³⁴ BETHENCOURT, 2004, p. 143.

que fossem de seu marido, além de um coração animal, que poderia ser compreendido, de acordo com a lei da similaridade, como elemento que simbolizava o coração do homem que sua manceba desejava prender, o que pode ser conjugado ao fato de ter sido costurado com fios dos mais resistentes: o coração estaria preso.

Mais uma vez foi citada nas denúncias a prática de cortar os objetos que constituíam o feitiço para pôr fim a seus efeitos mágicos e depois entregá-los à natureza. De certa forma, pode-se perceber que Ana do Frade seguia uma lógica, uma espécie de padrão. Muitos foram os elementos e atos simbólicos que se repetiram nas diversas denúncias, o que permitiu um melhor entendimento de suas práticas.

Ana do Frade foi presa a 24 de dezembro de 1566 pelo Tribunal de Coimbra e seu primeiro interrogatório foi a 4 de janeiro de 1567. Ana Álvares declarou que era viúva e tinha muitos filhos e netos e afirmou ao Inquisidor que tinha 120 anos. Cabe lembrar que Pedro Alvarez de Paredes foi responsável apenas pela Visitação ao Arcebispado de Braga; o primeiro interrogatório de Ana do Frade foi realizado pelo Inquisidor Manoel de Quadros³⁸. A processada afirmou diversas vezes estar muito velha e caduca, como uma tentativa de comutar sua pena

– estratégia que, de certa forma, teve êxito. Algumas das pessoas que a denunciaram em 1565 disseram acreditar que ela tinha então 80 anos, idade que pode ser considerada muito avançada para uma mulher do século XVI com poucos meios de sobrevivência. Infelizmente, não há mais informações sobre sua verdadeira idade; pode-se apenas supor que ela aparentava ser bastante idosa à época da Visitação. Ana disse que se confessava regularmente e ia à missa todo domingo ou dia santo. Além disso, pronunciou as quatro principais orações cristãs, mas afirmou que aquilo era tudo o que sabia da doutrina.

Ana do Frade confessou que dava à algumas mulheres que a procuravam em busca de meios para arranjar casamento alguns pós para serem misturados ao vinho e ensinava-lhes que em seguida deviam oferecer a bebida ao homem com quem desejavam se casar, repetindo as seguintes palavras: “assim como tu bebes deste amie assim morras por amor de mim e cases comigo”³⁹, argumentando que o fazia para receber em troca algo para comer ou vestir, e acrescentou ainda que “nunca chamou por diabo nem ho conversou”⁴⁰.

Alguns dias depois, Ana do Frade pediu audiência e confessou ao Inquisidor Manoel de Quadros ter realizado pacto com o demônio:

avera quinze anos pouco mais ou menos que guarda sua memória por que vai já

³⁸ Licenciado em Cânones por Coimbra, foi nomeado Inquisidor em Évora a 25 de novembro de 1559 e em Coimbra a 29 de setembro de 1565. Foi nomeado deputado do Conselho Geral a 14 de dezembro de 1570 e deputado na Mesa de Consciência e Ordens até 1583, quando passou a reformador da Universidade de Coimbra. Cf. MEA, 1997, p. 108.

³⁹ ANTT, Inquisição de Coimbra, proc. 926, f. 33.

⁴⁰ Ibid.

caduca por ella ser de muita idade que o demonyo lhe apareceu huma noite a sua porta em figura de gato pardo e lhe disse que quando ho ouvessemister ho chamasse por que elle verya logo e que queria ella que cada vez que ella quisesse lhe oferecesse hum bode ou huma cabra o que lhe ella ofereceu ao dito tempo ha esta parte cinco vezes e chamava ho demônio quando ho avia mister e o demonyo vinha e fazia o que lhe ella mandava como fez quando foy buscar huns feitiços que estavam em Lixboa na arquada huma mulata que fora de Isabel de Barros de Viana e assim outras vezes quando lhe [perguntava] por alguma cousa lhe dizia e a vera quynze anos a esta parte vinha o demonyo ter com ella cada semana huma vez denoyte as altas horas e lhe fazia muitos afagos e tinha parte com ella por seu corpo fazendo como hum homem faz a huma molher posto que quando dormia com ella ella não tinha nyssso gosto por elle ser fryo como neve mas fryo pello afagar para lhe elle dizer o que ella delle quysesse e lhe perguntasse E declarou que quando oferecia ao demônio os bodes lhes oferecia como aos santos e senhor a quem estava entregue para fazer tudo o que lhe mandasse [...] e se quer tirar da servidão do demonyo.⁴¹

A maneira como Ana do Frade falou sobre suas conversas com o demônio e sobre a cópula que com ele mantinha demonstra como pelo menos alguns elementos do estereótipo inquisitorial do pacto demoníaco eram conhecidos. No entanto, a aparente espontaneidade com que ela fala sobre o assunto no processo pode ser enganosa e parece também

⁴¹ Ibid., ff. 35-36.

indicar que algumas informações não foram registradas pelo notário. É difícil acreditar que ela tenha confessado delitos de tamanha gravidade sem que lhe tenha sido feita nenhuma pergunta específica a respeito.

A 28 de maio de 1567, Ana pediu nova audiência para negar o que havia dito na confissão anterior. No entanto, quem ouviu sua confissão e a interrogou foi o Inquisidor Luis Alvares de Oliveira⁴², e não mais Manoel de Quadros, responsáveis pelos dois interrogatórios anteriores. Ana declarou que enganava as pessoas que vinham procurá-la em busca de ajuda e ensinava-lhes procedimentos rituais para que alcançassem os objetivos desejados e alegou que agia assim porque ganhava em troca alimentos e bens materiais. Ela oferecia às mulheres que a procuravam em busca de um marido alguns pós chamados por ela de amie que deviam ser oferecidos aos homens misturados à comida ou à bebida, como já foi dito, e acrescentava que era necessário que elas repetissem: “quem te cumesse amye o teu amor moura por amor de mim e não possas com outrem casar nem me posa o teu amor deyxar”.⁴³

Outra prática ensinada às mulheres que a procuravam para que conseguissem casar com quem desejavam consistia em oferecer ao homem três ovos, os quais deviam passar primeiro em seus

⁴² Licenciado em Cânones, foi desembargador da Relação Eclesiástica de Lisboa, tornou-se Inquisidor de Coimbra a 18 de maio de 1567 e deputado em Lisboa a 28 de junho de 1568. Cf: MEA, 1997, p. 108.

⁴³ ANTT, Inquisição de Coimbra, proc. 926, f. 38.

corpos, e ao mesmo tempo repetir “ovo ho passo quy quem te comer o meu amor lhe morra por amor de mym”.⁴⁴ O ovo é ainda hoje considerado símbolo do nascimento e da criação. Apesar de seu uso mais freqüente ser relacionado à prática da hidromancia, é possível pensar sua aplicação em feitiços de benquerença como símbolo da gestação de algum tipo de sentimento amoroso. Ana do Frade citou ainda outra possibilidade de encantamento, sobre a qual, infelizmente, não há maiores informações, somente que se deveria repetir, referindo-se mais uma vez ao homem com que se desejava casar, “vemceu o dragão o dragão a serpente o lyam assym lhe vença a vontade e ho coração”.

Luis Alvarez de Oliveira perguntou a Ana como ela havia tirado os feitiços da arca da mulata que fora cativa de Isabel de Barros e levou-os até ela. É possível que o Inquisidor quisesse naquele momento alegar que Ana não poderia tê-lo feito sozinha e então acusá-la de pacto demoníaco. Francisco Vitória, em suas *Relecciones Teologicas*,⁴⁵ posicionou-se

no debate sobre a possibilidade dos demônios moverem os corpos. Com base em Santo Agostinho, que afirmou no 3º. Livro de De Trinitate que os efeitos produzidos pelos demônios têm origem em um movimento local, Vitória defendeu que o vôo noturno das feiticeiras ao sabá, bem como outros prodígios do gênero, poderiam ser apenas ilusão dos sentidos, mas poderiam também ser reais pois, em sua opinião os demônios tinham o poder de mover os corpos.⁴⁶

Mas deve-se também considerar que, devido a um certo ceticismo a respeito dos poderes demoníacos no mundo terreno, como já foi dito acima, o Inquisidor não acreditasse que os objetos apresentados por Ana a Isabel fossem feitiços e quisesse condená-la como embusteira.

No entanto, Ana do Frade permaneceu afirmando que havia enganado Isabel de Barros e declarou que pediu a uma criada dela alguns pedaços de roupa do enfermo, colocando-os em quatro pequenos bizalhos⁴⁷ e mostrou-os a Isabel

escrever sobre o tema, principalmente durante o século XVI. O único registro relativo a esse período foi uma peça de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires que, infelizmente, se perdeu. Devido à pequena produção portuguesa sobre o assunto, os inquisidores lusos utilizavam autoridades como o já citado Vitória, Eymerich (*Directorium Inquisitionum* - 1376) e Martin Azpilcueta Navarro (*Manual de confesores e penitentes que clara e brevemente contem a universal decisam de quase todas as duvidas quem em as confissões soem ocorrer dos pecados, absolvições, restituições, censuras e irregularidades* - 1560). Cf: PAIVA, 2002, p. 19-22.

⁴⁶ VITÓRIA, Francisco de. *Relecciones Teológicas*. Lyon: 1557. Madri: La Editorial Católica, 1960. p. 1281-1284.

⁴⁷ A palavra bizalho significa bolsa pequena. É possível estabelecer uma analogia entre os bizalhos apresentados por Ana do Frade e as bolsas

como se fossem feitiços feitos a seu marido pela mulata, que ela havia buscado em Lisboa.

Na tentativa de se livrar da sentença de pacto, ela declarou ainda:

Que ella não for a Lixboa nem o diabo lhe trouxe nenhuma cousa [...] que era verdade que ella confessara que o demônio tivera parte com ella por medo do alcaide E assym que lhe offercia cousas como a senhor mas que tal não é verdade e he mentira e que a verdade era que ella falara com o demonio por muitas vezes e elle lhe vinha falar em huma encruzilhada as quartas e sextas fyras e ella lhe perguntava por algumas cousas que eram. furtadas e perdidas e elle lhe dizia per onde hiam as ditas cousas e vindolhe assim as pessoas a perguntar por ellas ela lhe dizia o que o diabo lhe tinha dito e ellas as hiam buscar e as achavam e lhe davam por isso dinheyro e isso somente he verdade por que ella não tinha o demonyo por senhor nem tyvera parte com ella e que era verdade que estando ainda presa neste carcer o diabo viera pera lhe falar e vinha em figura de moço [...] e meteu as pernas pellas grades da janela de sua prysao com o trazeiro pêra diante e lhe dissera que não podia entrar por que a cela era sagrada e isto foy aly perto da meya noyte alta ⁴⁸.

Ana tentara então negar que tinha o diabo como senhor e que mantinha

de mandinga analisadas por Daniela Calainho em seu trabalho anteriormente citado – no entanto, o bizalho de Ana do Frade foi utilizado para um malefício, enquanto as bolsas de mandinga eram usadas para proteção. Cf: CALAINHO, 2008, p 171-188.

⁴⁸ ANTT, Inquisição de Coimbra, proc. 926, ff. 40-41.

cópula com ele, mas, de acordo com seu depoimento, o diabo ainda lhe prestava informações e continuava a procurá-la em sua cela, o que era compreendido pelos Inquisidores como possível somente através do estabelecimento de pacto demoníaco.

Com relação aos encontros de Ana com o diabo se realizarem às quartas e sextas-feiras em uma encruzilhada, é preciso destacar que a sexta-feira, originalmente o dia de Vênus, era considerada dia privilegiado para as práticas de feitiçaria devido a sua relação com a deusa do amor, bem como à simbologia do sexto dia da criação. Já a quarta-feira era valorizada devido à sua correspondência com Mercúrio, deus do comércio e do contrato.⁴⁹

Por fim, os Inquisidores acabaram por aceitar como verdadeira a primeira confissão de pacto demoníaco, ressaltando que Ana teria dito que “quando oferecia ao demônio os bodes lhos oferecia como a deus e senhor a que estava entregue para fazer tudo que lhe mandasse e que tinha com elle comunicação”⁵⁰. No entanto, consideraram “suas confissões e reuogações avendo porem respeito a qualidade de sua pessoa e ser quasi caduca por sua muita idade com outras considerações que se no caso ouverão e muita sospeita que finalmente contra ella das duas confissões e autos resulta”⁵¹, condenaram Ana do Frade a abjurar de veemente suspeita na fé e a permanecer no

⁴⁹ BETHENCOURT, 2004, p. 135-136.

⁵⁰ ANTT, Inquisição de Coimbra, proc. 926, f. 45.

⁵¹ Ibid., ff. 45-46.

cárcere pelo tempo que considerassem necessário para que fosse doutrinada. Ana foi solta a 15 de dezembro de 1567.

As práticas mágicas ou de feitiçaria observavam uma lógica, transmitida por tradição, que respeitava tempo e espaço apropriados, bem como o significado de cada elemento presente nos rituais. Essas observâncias remetiam a uma lógica simbólica, que mesclava tradições antiqüíssimas a práticas e conhecimentos novos em constantes interações e reelaborações.

Os rituais descritos nas denúncias a Ana do Frade podem ser percebidos como expressões de contextos diversos, da interação entre tempo curto e tempo longo. As crenças e imagens que afloravam nesses rituais representavam o substrato de uma cultura arcaica, resquícios de religiosidades pagãs imiscuídos a crenças católicas, constantemente reelaborados à luz de diversos fatores como, por exemplo, as idéias criadas e divulgadas pelo movimento repressor da Igreja (como o pacto demoníaco, idéia-chave para a compreensão da mudança da perseguição à bruxaria) e os problemas cotidianos, que muitas vezes estimulavam a busca por uma solução sobrenatural.

Carlo Ginzburg, em *História noturna*⁵², procurou demonstrar como, para a formulação do estereótipo do sabá, confluíram as idéias dos inquisidores e juizes laicos a respeito do complô contra a cristandade e elementos antiqüíssimos da cultura xamânica, fortemente presentes

no cotidiano europeu. Como ressaltou o historiador italiano, “história e morfologia não estão justapostas [...], mas entrelaçadas: duas vozes que se alternam, discutem e por fim buscam um acordo.”⁵³

Referências bibliográficas

BARREIROS, Fernando. Vocabulário barrosão. *Revista Lusitana*. Lisboa: Livraria Clássica, vol. XX, p. 137-174, 1917.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália - séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feiteiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRAGA, Isabel. A visita da Inquisição a Braga, Viana do Castelo e Vila do Conde em 1565. *Revista de La Inquisición*. Madrid: Complutense, n.º. 3, p. 29-67, 1994.

CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e Inquisição portuguesa no antigo regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FRAZER, James. *O ramo de ouro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

GINZBURG, Carlo. *História noturna:*

⁵² GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵³ Id., *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 310.

decifrando o sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1993.

MARCOCCI, Giuseppe. Il governo dell'arcidiocesi di Braga al tempo di Bartolomeu dos Mártires (1559-1582). *Riflessioni e documenti sull'episcopato portoghese nell'età del Concilio di Trento*. Archivio italiano per la storia della Pietá. vol. 15, p. 81-150, 2003.

MAUSS, Marcel. *Sociologia a Antropologia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2003.

MEA, Elvira. *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Engenheiro Antônio de Almeida, 1997.

PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas*. Lisboa: Notícias, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

PEREIRA, Félix. Glossário dialectológico dos Arcos de Valdevez. *Revista Lusitana*. Lisboa: Livraria Clássica, vol. XX, p. 239-256, 1917.

Fontes documentais

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Inquisição de Coimbra, proc. 926, 54f.

Liuro da visitação que se [a Inquisição] fez na Cydade de Braga e seu Arcebispado [1565]. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português-Movimento Bartolomeano, 1974.

VITORIA, Francisco de. *Relecciones Teológicas*. Lyon: 1557. Madri: La Editorial Católica, 1960.

